



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001400-16.2014.8.17.0000 (0326844-8)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RIVALDO PEREIRA LIMA

PACIENTE: MARIA TACIANA DA SILVA LIMA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADOR: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. NÃO VERIFICAÇÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PLEITO DE FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. AMEAÇA À ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DA AGENTE. GRAVIDADE DO CRIME. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

- 1. Segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no princípio da razoabilidade, não se pode considerar constrangimento ilegal por excesso de prazo um pequeno retardo para a conclusão do feito, diante de circunstâncias do caso concreto que justifiquem o atraso, como a necessidade de expedição de carta precatória.*
- 2. A prisão preventiva se encontra devidamente fundamentada, vez que caracterizada a hipótese autorizadora da garantia da ordem pública, fundada na periculosidade da agente, a qual ficou demonstrada com*

gravidade do crime e seu envolvimento com o crime, vez que confessou que levaria a droga para seu companheiro, que se encontra recolhido em um presídio.

3. *Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.*

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* n. 0001400-16.2014.8.17.0000 (0326844-8) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, denegar a ordem do presente *Habeas Corpus*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 27 de maio de 2014.



MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR

55



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001400-16.2014.8.17.0000 (0326844-8)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RIVALDO PEREIRA LIMA

PACIENTE: MARIA TACIANA DA SILVA LIMA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADOR: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de liminar, impetrado por RIVALDO PEREIRA LIMA em favor de MARIA TACIANA DA SILVA LIMA, no qual aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vitória de Santo Antão-PE.

O impetrante fundamenta a pretensão à ordem declarando que a paciente se encontra presa por foga de decreto de prisão preventiva desde 21/09/2013, pela prática do crime tipificado no art. 33 da Lei 11.343/06 (tráfico de entorpecentes), estando à disposição da autoridade coatora nos autos da Ação Penal nº 0004586-64.2013.8.17.1590.

Sustenta o impetrante a ocorrência de excesso de prazo na tramitação do feito, vez que a paciente se encontra segregada preventivamente há mais de 5 (cinco) meses sem que tenha sido concluída a instrução criminal. Alega, também, a ausência de fundamentação idônea da prisão preventiva, argumentando que não estão caracterizados os requisitos exigidos em lei.

Foi negada, às fls. 31/32, a concessão de liminar, pois não restaram comprovados os requisitos de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.

Instada a prestar as informações de estilo, a autoridade apontada coatora relatou às fls. 40/41 que a paciente foi presa em flagrante no dia 21/09/2013, juntamente com a corré, por possuírem cerca de 200g (duzentos gramas) de maconha destinados ao tráfico, atuando em associação criminosa voltada à traficância. Informou, também, que decretou a prisão preventiva da paciente visando resguardar a ordem pública, acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e sua repercussão, e que o processo se encontra atualmente aguardando a devolução de carta precatória expedida para a comarca de Recife a fim de notificar as denunciadas.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 47/49, opinou pela denegação da ordem, por entender que não há constrangimento ilegal por excesso de prazo, à luz do princípio da razoabilidade, e que estão presentes os requisitos na prisão preventiva, vez que a denunciada confessou a prática delitiva, afirmando que a droga apreendida seria encaminhada ao seu cônjuge, o qual se encontra recolhido no presídio localizado em Vitória de Santo Antão.

É O RELATÓRIO.

Recife, 27 de maio de 2014.



MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0001400-16.2014.8.17.0000 (0326844-8)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: RIVALDO PEREIRA LIMA

PACIENTE: MARIA TACIANA DA SILVA LIMA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

PROCURADOR: MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

O impetrante alega, em síntese, a ocorrência de excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal e a ausência de fundamentação idônea da prisão preventiva da paciente.

No que se refere à alegação de excesso de prazo, tenho que deve ser observado o princípio da razoabilidade, segundo o qual o prazo para a formação da culpa deve ser considerado de acordo com critérios específicos. Assim, não existe um prazo absoluto para o término da instrução processual, devendo ser sempre levadas em consideração as peculiaridades de cada caso.

Com efeito, no presente caso, o processo segue seu curso normalmente, tendo o juiz *a quo* determinado a notificação das denunciadas mediante carta precatória para a comarca de Recife. Ora, é natural que a expedição de cartas precatórias atrase um pouco a marcha processual, tendo em vista que seu trâmite demanda tempo.

Assim, fica claro que, à luz do princípio da razoabilidade, não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo, vez que o feito tramita normalmente, apenas com pequeno atraso em decorrência da necessidade de expedição de carta precatória, e a autoridade apontada coatora tem agido diligentemente na condução do processo.

O entendimento do STJ também é no sentido de que não configura constrangimento ilegal o excesso de prazo considerado razoável diante das circunstâncias especiais do caso concreto, como demonstra o seguinte trecho de julgado:

“ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE OFENSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT.

1. Os prazos indicados na legislação pátria para a finalização dos atos processuais servem como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso tão somente pela soma aritmética dos mesmos, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada caso, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

2. Evidenciado que o intervalo entre o aforamento do recurso e seu estado atual encontra-se dentro dos critérios da razoabilidade, não se vislumbra, na espécie, manifesto constrangimento ilegal passível de ser sanado pela via eleita, especialmente em se considerando a quantidade de pena definitivamente irrogada ao condenado.

3. *Habeas corpus não conhecido*. (STJ, HC 265.746/PR, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJe 24/05/2013).

Dessa forma, fica claro que, segundo entendimento do STJ, não há excesso de prazo quando as circunstâncias do caso concreto tornam razoável certo atraso na tramitação do feito.

Não está configurado, portanto, constrangimento ilegal por excesso de prazo a ser sanado através do presente *mandamus*.

Em relação à alegação de ausência de fundamentação idônea do decreto de prisão preventiva, cumpre ressaltar que, compulsando os autos, verifica-se a existência de prova da materialidade e de indícios suficientes de autoria, consubstanciados no auto de prisão em flagrante e na confissão extrajudicial da paciente.

Além da prova da materialidade e de indícios suficientes de autoria, o Código de Processo Penal, em seu art. 312, exige que esteja caracterizada pelo menos uma das hipóteses autorizadoras, consubstanciadas na garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Nesse contexto, o magistrado *a quo* entendeu ser necessária a prisão preventiva do paciente como forma de resguardar a ordem pública, estando suficientemente fundamentado nas circunstâncias do caso concreto, isto é, diante da gravidade do crime, especialmente considerando que a droga seria levada para os companheiros das denunciadas que estão presos em Vitória de Santo Antão.

Assim, fica claro o envolvimento da paciente com o mundo do crime, vez que seu companheiro se encontra preso e ela participou de um esquema com a finalidade de levar drogas para dentro do presídio, o que caracteriza sua periculosidade para o meio social. Assim, conclui-se que o decreto de prisão preventiva contra a paciente foi imaculadamente bem fundamentado nas circunstâncias do caso concreto.

No que se refere à necessidade de garantia da ordem pública, o ilustre doutrinador JULIO FABBRINI MIRABETE ensina:

"Embora não se tenha firmado na jurisprudência um conceito estratificado para a expressão "garantia da ordem pública", a periculosidade do réu tem sido apontada como o fator preponderante para a custódia cautelar. (...) Mas o conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução dos fatos criminosos, mas também a acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime ou de sua repercussão. A conveniência da medida, como já se decidiu no STF, deve ser regulada pela sensibilidade do juiz à reação do meio ambiente à ação criminosa. (...) Mas, sem dúvida,

está ela [a aplicação da prisão preventiva] justificada no caso de ser o acusado dotado de periculosidade, na perseverança da prática delituosa, quando se denuncia torpeza, perversão, malvadez, cupidez e insensibilidade moral.” (MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal – 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, pg. 385/386).

Com efeito, o juiz de primeira instância sentiu-se satisfatoriamente convencido acerca da necessidade de decretação da medida, tendo fundamentado sua decisão de forma suficiente, segundo as exigências legais previstas no art. 312 e 313 do CPP.

Vale observar que ninguém melhor que o magistrado local para definir se a paciente representa uma ameaça à ordem pública ou à instrução criminal, visto que convive na localidade em que o crime foi praticado e tem contato direto com as testemunhas, as vítimas, a sociedade local e até mesmo com a ré.

Assim, com base nos fundamentos expostos, não há excesso de prazo à luz do princípio da razoabilidade e a segregação cautelar da paciente está imaculadamente bem fundamentada na garantia da ordem pública, não havendo constrangimento ilegal nem outro motivo que justifique a revogação da prisão.

Isto posto, meu voto é no sentido de **denegar** a ordem requerida.

É COMO VOTO.

Recife, 27 de maio de 2014.



MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR